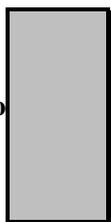


Artigo



**AS MULHERES E A MOBILIZAÇÃO
OPERÁRIA NA ÉPOCA DE PÓS-
GUERRA EM SÃO PAULO,
1945-1948***

John D. French*
Mary Lynn Pedersen Cluff

Já foi observado muitas vezes que "onde há poder, não há mulher". Considerando a falta quase completa de mulheres na política convencional, Jane Jaquette, em 1980, instigou os investigadores a que olhassem além das eleições para estudar a participação política feminina na América Latina. Pedindo uma "noção expandida de política", ela recomendou a realização de pesquisas sobre a participação feminina de várias classes sociais, especialmente o papel da mulher nas "redes informais... nas ligações com clientela...

* The research for this article was undertaken with grants from the Women and Gender Research Institute of Utah State University with the help of research assistant Mary Lynn Pedersen Cluff. It will appear in *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box* (Durham: Duke University Press, November 1997). ISBN 0-8223-1996-9 paper \$18.95. Files: "women2.wp5" "biblio2.wp5" and "tabelas2.wp5".

* **Não deve ser reproduzido sem consultar o autor:** John D. French, History Department, Carr Building, Duke University, Durham, NC 27708. Office Telephone: (919) 684-2536 FAX: (919) 681-7670 E-mail: jdfrench@acpub.duke.edu

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 7	171-211	2000
------------------------	---------------	------	---------	------

nas atividades grevistas, nas tomadas de terras urbanas e na política de bairro" (Jaquette 1980). O presente trabalho utiliza o método de estudo de comunidade para investigar a participação feminina de base na política e na mobilização da classe operária depois da Segunda Guerra Mundial na região da Grande São Paulo conhecida como ABC (assim chamada por ser formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano).

Um dos principais parques industriais da América Latina, a região do ABC tem-se expandido num ritmo acelerado desde o estabelecimento das primeiras fábricas na virada do século. Com 10 mil habitantes em 1900 (incluídos mil operários industriais), a região do ABC atingiu uma população de 216 mil até 1950 (incluídos 46 mil industriários). Sendo o quarto centro industrial do país, os distritos socialmente homogêneos de Santo André e São Caetano constituíam uma das concentrações mais destacadas da industrialização a grande escala no Brasil de pós-guerra.¹

Este estudo focaliza o papel da mulher durante as extraordinárias mobilizações políticas e sindicais que começaram em 1945 (French 1992, 1995). Esse surto de pós-guerra foi, porém, vigorosamente reprimido a partir de 1947 e subseqüentemente esquecido, tendo a sua importância ignorada por historiadores e ativistas posteriores. Embora alguns pesquisadores tenham tratado esquematicamente do ativismo operário desse período, nenhum deles até agora examinou com seriedade o papel da mulher de classe operária, suas organizações ou seus líderes nas greves de pós-guerra, na agitação de bairro e na política eleitoral (Maranhão 1979; Weffort 1973; para uma investigação mais rica ver Costa 1995).

Entre 1945 e 1948, os operários do Brasil foram atraídos à atividade pública e política de um modo sem antecedentes. Durante períodos de tal fervor popular, a dinâmica da participação sócio-política feminina surge

¹. Esta análise focaliza exclusivamente os distritos industrializados de Santo André e São Caetano, deixando de lado o município essencialmente não industrializado de São Bernardo do Campo.

com mais nitidez do que em épocas normais. Essa generalização se aplica a Santo André e São Caetano: quanto mais extensa, profunda e intensa a mobilização operária, tanto maior o envolvimento e a visibilidade da mulher de classe operária², tanto as donas de casa como as próprias operárias.³ O pre-

². A participação de mulheres da classe operária no movimento trabalhista tem sido maior e mais visível em momentos de grandes mobilizações de classe, como por exemplo, nas greves. Por outro lado, as mulheres estão essencialmente ausentes nas atividades organizacionais contínuas do movimento trabalhista. Sobre a Primeira República Brasileira, ver Bolsonaro de Moura (1982); sobre o Peru contemporâneo, ver Barrig (1986) e Virgínia Guzmán (1985); e sobre a Colômbia, ver Steffen (1978). Este padrão comum de participação intensa, mas intermitente, não é exclusivo das mulheres, mas reflete também, de uma maneira exagerada, as variações da participação masculina da classe operária. Poder-se-ia explicar o papel reduzido da mulher na liderança sindical e na militância trabalhista contínua como resultado da sua exclusão por uma liderança assustadoramente masculina. Todavia, as observações dos estudiosos e das trabalhadoras ativistas sugere que tal explicação pode ser fácil demais (Barrig 1986; Conselho Estadual da Condição Feminina 1985; Cruz Leite 1982; Neves 1995). Rosalina Leite já observou este padrão entre metalúrgicos contemporâneos de São Paulo, onde só um pequeno grupo de ativistas femininas participa de assuntos do sindicato. O mesmo pode ser dito de São Bernardo do Campo, segundo Gitahy et al (1982). Ao explicar a falta de participação da maioria das mulheres, as entrevistadas ativistas de Leite citaram o maior medo e a passividade da mulher em face da autoridade. Mas essas ativistas também realçaram que uma vez que as mulheres superem esses obstáculos, elas chegam a ser "extremamente combativas e entram nas lutas com paixão, com um envolvimento imediato até maior do que o dos homens". Esta transição ocorre mais freqüentemente durante momentos de surto da mobilização operária, tais como nas greves massivas. Depois de tais mobilizações, porém, era mais provável que as mulheres abandonassem a luta sindical sistemática do que os homens (Leite: 130, 132 e 135). Algo semelhante foi observado em um estudo recente da participação feminina na política. Segundo Lúcia Avelar, "A presença feminina é maior em atuações políticas de curta duração e que envolvem ação direta", e menos nas atividades políticas estruturadas de participação institucional (Avelar 1989: 87).

³. Os termos "dona de casa" e "trabalhadoras" sugerem uma falsa distinção entre mulheres que trabalham e outras que não. Como observou Catherine Taylor, essa linguagem deceptiva reflete simplesmente a distinção entre mulheres cujo trabalho (doméstico) é negado e depreciado e aquelas cujo trabalho (fora do lar) é re-

sente trabalho pretende, pois, preencher duas lacunas nas investigações recentes sobre a mulher na América Latina: a escassez de estudos históricos sobre a mulher e a política (Hahner 1985; Lavrin 1987; Avelar 1989) e a falta de investigações detalhadas a respeito da participação feminina nos sindicatos (Stoner 1987; como exceção, ver Navarro 1985).

A conscientização da classe operária e a ideologia de gênero

Embora se acredite há longo tempo que a mulher é irrelevante na política "verdadeira" (leia-se "masculina") de classe,⁴ pesquisadores brasileiros nos últimos quinze anos vêm publicando uma série de boas investigações empíricas sobre a vida de operárias e de donas de casa da classe operária (Bosi 1972; A. Rodrigues 1978; Bilac 1978; Macedo 1979; J. Rodrigues 1979; Pereira 1979; Saffioti 1981, 1986; Fausto Neto 1982).⁵ Mesmo assim, essas dimensões da vida operária da mulher ainda não foram integradas com sucesso numa explicação da dinâmica global da luta da classe operária (para

conhecido por um salário formal. Não obstante, neste ensaio nós vamos utilizar o termo "dona de casa" para evitar confusões desnecessárias.

⁴. As opiniões marxistas da "questão feminina" vêm se transformando decisivamente desde o fim da década de 1960. No seu livro de 1970, o líder comunista brasileiro Moisés Vinhas ainda julgava as trabalhadoras femininas essencialmente em termos do que elas contribuíram e não contribuíram à classe operária masculina. Embora consciente da situação especial e da contribuição potencial das mulheres, Vinhas as caracterizava como "portador[as] de hábitos e de ideais conservadoras" dentro da classe operária (Vinhas 1970). Esta definição da classe operária como masculina, com um papel apenas secundário feito pela mulher, já foi vigorosamente discutida nas últimas duas décadas, mesmo dentro do PCB. Ver a resolução auto-crítica do PCB de 1977 sobre a mulher em Nogueira (1980). Ver Souza-Lobo e Higgs (1983) e Souza-Lobo (1991) para uma crítica da invisibilidade da mulher no discurso sociológico prévio sobre os trabalhadores brasileiros.

⁵. Sobre o desenvolvimento dos estudos feministas no Brasil, ver Saffioti (1987).

uma exceção recente, ver Neves 1995). Além do mais, a natureza "instantânea" da maioria dessa armação sociológica tem obscurecido padrões de desenvolvimento no decorrer do tempo.

Repetidamente, observadores da vida operária brasileira têm realçado a influência da ideologia da família patriarcal com o seu determinismo biológico e a asserção estereotipada de que o lugar certo da mulher é em casa. Pesquisadores também têm ligado a ideologia prevalecente de gênero à maior passividade da mulher no trabalho e à sua menor participação no sindicalismo e na política. Infelizmente, a suposição de que uma determinada classe social necessariamente tenha ou deva ter uma espécie particular de consciência conduziu alguns estudiosos a adotar uma tipologia crua de trabalhadores ou "com consciência de classe" ou "sem consciência de classe", estes últimos consistindo de uma categoria residual na qual estão relegadas as mulheres e outros trabalhadores "falidos" ou "atrasados". Por exemplo, um estudo afirmava que as trabalhadoras femininas não "se identificavam com o seu trabalho", deixavam de manter "qualquer identidade como trabalhador" e se comportavam "muito mais como donas de casa dependentes e passivas do que como trabalhadores militantes, o que elas não são" (Saffioti 1980).

O excelente estudo sociológico de Luís Pereira realizado em 1958, em Santo André, sugere a importância de uma compreensão sutil da relação entre a ideologia de gênero e o comportamento. As famílias de classe operária que ele estudou acreditavam que "as mulheres --as mães e as filhas --deviam viver o máximo possível dentro de casa" e limitar-se às atividades domésticas. Em consequência desses ideais patriarcais, ele encontrou conceitos nítidos das esferas masculina e feminina e menor interesse familiar na instrução das filhas em relação aos filhos (Pereira 1976).

Embora essa ideologia da supremacia masculina seja profundamente arraigada em todas as classes sociais, ela é também um fenômeno específico à classe que se conforma a diferentes realidades econômicas, nesse caso à necessidade de uma família de classe operária. Pereira constatou que os

residentes da comunidade "valoriza-se bastante a esposa que trabalha com remuneração para 'ajudar o marido' [mas] mais valorizada ainda é a situação da esposa que não precisa fazê-lo, porque ele ganha bem ou porque os filhos 'já têm ordenado'" (Pereira 1976: 31; ver Wells 1983). Enquanto isto de maneira alguma elimina conflitos entre os sexos, a natureza interdependente da unidade familiar não deixa de ter implicações importantes para o comportamento da classe operária (Pereira 1976; Schmink 1986; Leacock et al 1986; Macedo 1979; sobre os Estados Unidos, ver Montgomery 1987: 139-40).

A persistência de tais atitudes na região do ABC foi confirmada no impressionante estudo de Carmen Macedo sobre 82 famílias de trabalhadores de cerâmica em São Caetano, em 1974. Ela constatou que o trabalho da mulher fora de casa, seja esposa ou filha, era considerado um dever da mulher e não um direito. Ela conclui que "não é ideologia de igualdade entre os sexos que impele a mulher para o mercado de trabalho, mas, sim, esta se insere no mercado de trabalho *apesar* da ideologia da desigualdade entre os sexos" (original grifado). Macedo avisou que esta brecha entre o ideal da domesticidade feminina e a realidade do trabalho da mulher fora de casa "não implica, contudo, no abandono do ideal de papéis diferenciais" para o homem e a mulher. Em vez disso, o trabalho da mulher fora é considerado como uma exceção, provocada por dificuldades econômicas ou pelo desejo da família de buscar mobilidade social para cima (Macedo 1979; ver também Blay 1972 e Wells 1983).⁶

⁶. A ideologia dos sexos prevalecente entre trabalhadores em Santo André e São Caetano representava, porém, um avanço importante sobre a profunda desigualdade dos sexos que prevalecia nas zonas rurais das quais esses trabalhadores tinham migrado. Ver Blachman (1976) para um resumo das conclusões relevantes de cinco estudos de comunidades rurais de São Paulo (ver também Saffioti e Ferrante 1982). Como já foi demonstrado em Porto Rico, a proletarização e a urbanização realmente contribuem para a "quebra da patriarquia" (ver Safa 1986).

Outros observadores já citaram a participação feminina parcial ou esporádica no trabalho, explicando que "elas tendem a ver o trabalho fora de casa como algo obrigatório e, por isso, indesejável" (Saffioti 1986). Mas essa aparente aceitação feminina das normas patriarcais apresenta também um elemento de protesto e sentimento de classe. Como já argumentaram Jessita Rodrigues e Carmen Macedo, é incorreto afirmar que a mulher de classe operária recuse o trabalho fora de casa *per se*. Na verdade, ao utilizar as convenções amplamente aceitas do discurso patriarcal, a mulher critica implicitamente as oportunidades de emprego abertas a ela e também as reais condições de trabalho que ela experimenta no trabalho industrial (J. Rodrigues 1979; Macedo 1979).

Apesar da linguagem patriarcal que não parece ambígua e que invoca esferas distintas, o desgosto expressado pela mulher de classe operária pelo trabalho fora de casa realmente esconde um reflexo particularmente feminino da sua consciência de classe. Além do mais, o seu desejo expresso de não entrar na produção social também pode ser interpretado como um desejo de evitar o trabalho cotidiano duplo, como já sugeriu Rosalina de Santa Cruz Leite. As suas entrevistas com 22 metalúrgicas ativistas em São Paulo revelaram a consciência dessas mulheres de que "a mulher que trabalha é mais dona de seu nariz". Mas suas entrevistadas também estavam conscientes da divisão desigual dos afazeres domésticos entre mulheres trabalhadoras e os maridos, afirmando que "se é pra trabalhar dobrado não tem vantagem casar" (Leite 1982).

Operárias, donas de casa e eleitores em Santo André e São Caetano

O emprego industrial na região do ABC cresceu rapidamente depois do estabelecimento das primeiras grandes fábricas de tecido em 1900. Até 1920 estiveram empregados aproximadamente 4.300 trabalhadores na região

do ABC, com pelo menos 15% da força operária local composta de mulheres (ver o quadro nº. 1). Operárias femininas empregadas em várias grandes fábricas de tecido locais participaram ativamente da greve têxtil Ipiranguinha de 1919, em Santo André. Como elemento do surto laboral geral que abarcou operários de ambos os sexos em São Paulo entre 1917 e 1919, os grevistas desfilaram pelas ruas na tentativa de convocar trabalhadores de outras fábricas. No momento emocionante de clímax da greve, um tecelão vocífero de 19 anos de idade foi morto por um policial que estava protegendo uma fábrica local (French 1992, 1995).

A participação feminina no emprego industrial entre residentes locais ficava em um quarto de toda a mão-de-obra local em 1940 e 1950, com algumas mulheres empregadas na próxima capital de São Paulo. Cifras do recenseamento para documentar o emprego feminino em fábricas localizadas na região do ABC (cuja força operária tipicamente incluía trabalhadores residentes em São Paulo) seriam bem mais relevantes do que esses dados demográficos sobre os residentes locais. Desafortunadamente, só o recenseamento industrial de 1940 classificava a força laboral industriária por sexo. Nós temos, porém, dados estatísticos inéditos dos arquivos municipais que possibilitam uma análise da força operária de fábrica por sexo em Santo André e São Caetano para 1938, 1942 e 1947 (ver o quadro nº 2).

Ocorreram mudanças significantes entre 1938 e 1947 na participação feminina na força operária em Santo André e São Caetano. Enquanto o número absoluto de mulheres no trabalho aumentou grandemente, a sua representação relativa em todo o industriariado diminuiu moderadamente (ver o quadro nº 3), mas eram concentradas nas fábricas de maior tamanho (ver o quadro nº 3).

Em 1947, 47% das operárias em Santo André e São Caetano encontravam-se em dez empresas que empregavam 300 ou mais operárias femininas (ver o quadro nº 4). Além do mais, o tamanho da força operária média de todas as empresas com 49 mulheres ou mais tinha aumentado de 544 em

1938 a 926 até 1947 (ver o quadro nº 3). Estavam presentes também significantes números de mulheres em certas fábricas metalúrgicas, químicas e borracheiras (ver o quadro nº 5). Mais ainda, os maiores empregadores de mulher em 1947 eram duas enormes e moderníssimas fábricas de tecido de rayon que se contavam entre as maiores empresas da região. Embora classificadas como fábricas de tecido, a indústria Rhodiaceta (com 1.879 funcionários) e a fábrica das Indústrias Reunidas Francisco Matarrazo (com 2.619 funcionários) se distinguiam fundamentalmente do setor de fiação e tecelagem da indústria têxtil que tradicionalmente tinha empregado grande número de mulheres.

Como é de esperar pela literatura existente, o emprego industrial feminino estava concentrado desproporcionalmente em duas etapas do ciclo da vida familiar: os anos da adolescência e, em menor grau, os primeiros anos da constituição da família (Zylberstajn 1985; Vangelista 1978; Vecchia 1997). Enquanto 27 % do total dos industriários da região do ABC estavam na faixa etária entre 10 e 19 anos, 54 % de todas as mulheres que trabalhavam nas fábricas eram adolescentes. De fato, as mulheres constituíam 47 % de todos os industriários entre 10 e 19 anos de idade. Em resumo, mais de dois terços das mulheres que trabalhavam na indústria tinham menos de 29 anos de idade (ver French 1985, quadro D-6).

Essas operárias experimentaram taxas muito mais altas de mudança de pessoal do que seus contrapartes masculinos, devido às transformações no ciclo de vida, como o casamento e o parto. Estas realidades têm induzido muitos sociólogos especializados em assuntos trabalhistas a falar do "compromisso incompleto" da mulher com o trabalho industrial. Porém, a concentração em uma determinada faixa etária e a rápida movimentação de pessoal também documentam a ubiqüidade da experiência de trabalho industrial por parte de mulheres locais da classe operária. Poucas seriam as famílias em que faltasse mãe, filha, irmã ou tia que não tivessem trabalhado nu-

ma fábrica, o que sem dúvida ampliava a compreensão da mulher acerca das demandas e dos problemas da vida de fábrica.

O enorme aumento do emprego industrial na região do ABC entre 1938 e 1950 se verifica também em outras cidades grandes. Ao contemplar o crescimento espetacular da classe operária industrial do país, o ditador brasileiro Getúlio Vargas (que havia concedido à mulher o direito ao voto em 1932) elaborou projetos de lei em 1945 que favoreciam as zonas urbanas sobre as rurais. Além disso foi estabelecido um procedimento *ex-officio* de inscrição de eleitores por grupo, a fim de inscrever desproporcionalmente os industriários por meio de listas derivadas das folhas de pagamento. Embora os motivos de Vargas não venham ao caso no momento, os eventos dramáticos de 1945 marcaram o momento decisivo na inscrição massiva de eleitores da classe operária urbana no Brasil. O impacto da legislação eleitoral de Vargas foi direta e retumbante. A participação eleitoral na região do ABC se multiplicou cinco vezes, de 6 mil eleitores em 1936 até 28 mil em dezembro de 1945, constituindo as mulheres um terço do eleitorado total.

Ainda não estão disponíveis os resultados de um estudo estatístico da participação eleitoral feminina, em preparação pelos autores (French e Cluff 1990). Mas vários dos dispositivos da legislação eleitoral de 1945 afetavam diretamente as mulheres. Embora a retenção do requisito de alfabetização favorecesse potenciais eleitores urbanos sobre os rurais, isto também teve um impacto negativo na participação feminina, devido ao mais elevado nível de analfabetismo entre as mulheres. Mais importante ainda era o fato de que a legislação fazia o voto obrigatório pela imposição de multas por não participação, englobando todos os eleitores, menos um grupo importante: a mulher que não trabalhasse fora de casa podia votar, mas não era obrigada a fazê-lo.⁷

Embora permaneçam obscuros os motivos da inclusão do dispositivo a respeito das donas de casa, essa característica da legislação dava à mulher

⁷. O voto finalmente ficou obrigatório para todas as brasileiras, inclusive as donas-de-casa, a partir de 1965 (Blachman 1976: 80).

assalariada um peso desproporcional no eleitorado feminino. Ao examinar a composição ocupacional do eleitorado local em 1948, pode-se verificar que as mulheres constituíam 33% do total de eleitores inscritos, essa proporção dividida quase pela metade entre donas de casa (17%) e trabalhadoras (16%). O distrito mais industrializado da região do ABC e com o maior número de trabalhadoras femininas também tinha o maior índice de eleitores na população e a maior porcentagem de eleitoras femininas inscritas. Se, por um lado, o procedimento *ex-officio* de inscrição fez com que a inscrição eleitoral de industriárias fosse automática, por outro, o fato de que 5.600 donas de casa terem ido individualmente aos cartórios eleitorais para se registrar indica o nível de agitação geral e de excitação em 1945.

Nas três eleições realizadas entre 1945 e novembro de 1947, o eleitorado de Santo André se dividiu em três partes: um terço votou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Vargas; um terço votou no Partido Comunista do Brasil (PCB) de Luís Carlos Prestes; e um terço votou em vários partidos da classe média da direita. Esses resultados eleitorais brasileiros, à diferença do que acontece em alguns países europeus com fortes tradições de religiosidade popular, não dão nenhuma indicação de que as operárias tenham votado desproporcionalmente em partidos conservadores ou direitistas (Lovenduski e Hills 1981; Peterson 1977).

O sentimento unificador de maior alcance entre trabalhadores masculinos e femininos e residentes da região do ABC durante esses anos era uma avaliação positiva de Getúlio Vargas, ou seja, o que eu já chamei um "getulismo popular" (em 1950 Vargas recebeu assombrosos 84% dos votos totais no município de Santo André). Embora seja um pouco especulativo afirmá-lo a esta altura, há indicações de que as mulheres podem ter sido partidárias com dedicação extraordinária a favor de Vargas e do Partido Trabalhista populista em detrimento dos mais radicais comunistas. Já se verificou menos apoio pela extrema esquerda entre eleitoras femininas da classe operária em

vários países europeus e latino-americanos (Lovenduski e Hills 1981; Peterson 1977; Lewis 1971; Zeitlin e Petras 1970; Kyle e Francis 1978).

Pode ser demonstrado que as mulheres foram desproporcionalmente mobilizadas para os pleitos presidenciais de 1945 e 1950, nos quais Getúlio Vargas desempenhou um papel predominante. Essas duas eleições provocaram na região do ABC um índice de participação muito mais alto do que nas eleições estaduais ou municipais. É possível calcular o número mínimo de mulheres que devia ter votado, ao se presumir uma participação irreal de 100% dos eleitores masculinos inscritos. Assim, chega-se à conclusão de que, no mínimo, 50% de todas as mulheres inscritas participaram dessas eleições presidenciais (em contraste com o mínimo de 28% cento nas eleições estaduais e municipais de 1947).⁸

Há alguma indicação de que as mulheres de classe operária podem ter-se beneficiado mais da legislação social e laboral de Vargas do que os homens. A consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 incluía vários dispositivos de interesse das mulheres, inclusive legislação protetora, igualdade de salário por trabalho igual e creches obrigatórias nas grandes fábricas, embora a maioria dessas medidas carecesse de meios de cumprimento (Cesarino 1957). De especial relevância para a mulher foi o estabelecimento do salário mínimo em 1939-40. Embora especificado em nível muito inferior àquele desejado pelos sindicatos, o salário mínimo de 1940 não deprimiu os níveis salariais industriais, como alguns acreditavam (Pena 1981; ver Wells 1983).⁹ Embora geralmente insignificante para os trabalhadores masculinos

⁸. Sobre os níveis de interesse e participação na política ver Blachman, (1976: 64-77; Avelar, 1989: 39.

⁹. Ao apresentar o seu caso, Pena observa que o decreto inicial de 1940 sobre o salário mínimo permitia um desconto de 10% para mulheres e crianças, alegadamente a fim de compensar as empresas pelos custos extras das medidas protetoras exigidas. Mas esse dispositivo foi revogado como anticonstitucional no código trabalhista de 1943 (1981).

nas fábricas mais modernas, mecanizadas e lucrativas da região, o novo salário mínimo representava um grande melhoramento para as mal-remuneradas operárias femininas em muitas grandes empresas, como, por exemplo, na metalúrgica Pirelli.¹⁰

Se as mulheres urbanas apoiavam Vargas desproporcionadamente, parece estranho que a lei eleitoral de 1945 tenha eximido as donas de casa do voto obrigatório. Essa medida pode ter sido adotada para reduzir ainda mais o voto nas zonas rurais, onde poucas eram as mulheres que trabalhavam fora. Ou talvez, como sugere Asunción Lavrin, Vargas "estava deixando às donas de casa e aos seus maridos uma opção para preservar 'decentemente' as normas patriarcais" ao proporcionar a essas mulheres tradicionais não mobilizadas "uma opção de rejeitar uma mudança à qual elas (e possivelmente seus maridos) não se conformavam".¹¹

A mulher, a família e a comunidade

O fim da Segunda Guerra Mundial significava um momento de esperança para os homens e as mulheres de classe operária no Brasil, já com um nível de emprego quase total e a campanha governamental para promover o sindicalismo desde 1943. A diminuição do medo dos trabalhadores de que a participação sindical ou política pudesse dar em demissão, juntava-se à crença comum de que a retórica populista e a legislação social e laboral de Getúlio Vargas representavam promessas que iriam se cumprir depois da guerra.

¹⁰. Segundo entrevista com Augusto Savietto, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Santo André. *Diário do Grande ABC*, 11 de novembro de 1979; ver também o caloroso elogio à lei e a Getúlio Vargas feito por Angelina Jerônimo no Conselho Estadual da Condição Feminina (1985). Sobre época posterior, ver Smith (1991).

¹¹. Comunicação particular de Asunción Lavrin a John French, 13 de maio de 1987.

Nessas condições, a deposição de Vargas em outubro de 1945 pelos "ricos" e os militares provocou raiva e protesto entre os trabalhadores. Manifestando o seu voto pela primeira vez em dezembro de 1945, os trabalhadores locais experimentaram um sentimento emocionante de sucesso político que realçava o sentido de autoconfiança que já provinha de condições relativamente favoráveis do mercado de trabalho. Os resultados – 71% de todos os votos a favor da coalizão informal do PTB e do PCB -- confirmavam amplamente o sentido de identidade comum dos trabalhadores e a esperança ascendente dos mesmos. Nas famílias da classe operária, essas condições diminuía os incentivos à luta, que prevaleciam em tempos normais.

Os trabalhadores locais, todavia, não limitavam o seu ativismo às urnas eleitorais. A raiva, o protesto e a esperança da classe operária também revitalizaram os sindicatos e provocaram uma onda de greves no começo de 1946, envolvendo 100 mil trabalhadores na grande São Paulo. As greves de fevereiro e março de 1946 constituíram um batismo de fogo para o emergente movimento sindical da esquerda (French 1992, 1995). Um terço dos trabalhadores locais participaram de alguma forma da mobilização, e pelo menos um quinto de todos os trabalhadores aderiram às greves que arrebataavam a grande São Paulo. Enquanto os trabalhadores exerciam os seus "direitos", as ruas de Santo André e São Caetano foram tomadas por grevistas em massa com cartazes e ocasionais confrontações com a polícia, geralmente sem violência.

As greves eram, em geral, respeitadas nas fábricas afetadas. Muitos trabalhadores faziam greve por "solidariedade" a outros colegas, e os não grevistas se organizavam com vista a levantar fundos para sustentar as paralizações, que duravam, em média, quinze dias. Durante essas greves, apareceu um novo foco de identidade entre os trabalhadores locais. Para as donas de casa da classe operária, esse novo interesse extra-familiar, não privatizado, reforçou o relacionamento com os maridos e abriu uma janela para o mundo fora do lar. Mesmo que as donas de casa não fizessem outra coisa além de preparar as refeições com menores recursos, elas contribuía, não

obstante, à sua maneira, à vitória dos trabalhadores. Assim, muitas mulheres conservadoras em questões dos papéis dos sexos ainda podiam sentir-se confortáveis com essa pequena expansão do seu papel na família como mulheres "leais" aos maridos.

Para outras donas de casa menos tradicionais, os anos de 1946 e 1947 ofereciam oportunidades para expandir as suas responsabilidades "tradicionais" para além das fronteiras da família. Em tempos normais, os problemas de subsistência da família eram tratados individualmente, através dos pequenos triunfos da mulher de conseguir um "bom negócio" no mercado ou conhecer um "certo alguém" que pudesse adquirir um produto em falta. Mas nesses anos, as horas passadas em fila e a constante busca de pechinchas evidenciavam que esses problemas eram comuns a todos. Mesmo assim, não existia nenhuma oportunidade de tratar desses problemas coletivamente até que os primeiros Comitês Democráticos Progressistas (CDP) de bairro foram organizados pelo Partido Comunista, em outubro de 1945.

Com um sucesso fenomenal, essas organizações de bairro, oficialmente não partidárias, foram projetadas para servir como o análogo comunitário das mobilizações sindicais da época, sediadas nos locais de trabalho. Desde o começo, os CDPs pretendiam proporcionar aos desempregados, aos jovens e especialmente às donas de casa um meio de realizar o desejo comum de participar (Carone, 1982: 57-59, II). Com o apoio de muitas mulheres, esses comitês tratavam da carestia da vida e de outros problemas do consumidor, tais como o leite diluído, o pão intragável e a falta de açúcar e azeite. Ao organizarem manifestações e abaixo-assinados, os CDPs exigiam ação governamental, ao mesmo tempo em que tentavam vigiar os comerciantes locais.¹²

¹². Ver "Centenas de mulheres de Santo André dirigem-se ao Prefeito", *Hoje*, 28 de agosto de 1946; "O pão e o leite estão envenenando", *Hoje*, 3 de setembro de 1946; e "São Caetano não recebe óleo nem açúcar", *Hoje*, 14 de setembro de 1946.

Os mais destacados líderes femininos do Partido Comunista exprimiam explicitamente seu objetivo de mobilizar cada vez mais mulheres através de preocupações daquele tipo, próximas do lar. Como dizia Zuleika Alambert, deputada estadual comunista por São Paulo à Assembléia em 1947, já havia passado o tempo em que as mulheres brasileiras viviam "exclusivamente para seu lar e para seus filhos, sem participar diretamente da vida política, social e econômica da Nação". Perseguidas em casa pela carestia e pela exploração no trabalho, as mulheres reclamavam agora seus direitos como questão de justiça, não de caridade (ALESP 1947).

Mesmo assim, como se queixava uma vereadora comunista em visita ao Rio de Janeiro, muitos brasileiros ainda insistiam em que "Há quem diga que a mulher não deve participar da vida política do país. Dizem que o lugar da mulher é no lar". Realçando esse ponto num comício eleitoral de mulheres em São Caetano, argumentou Arcelina Mochel que cada vez que uma mulher "espera nas filas extensas pelo seu quinhão racionado de carne, óleo ou pão e reclama... está fazendo política alta".¹³

Ao falar do esforço feito pelo PCB na época de pós-guerra para organizar as mulheres, uma pesquisadora criticou os comunistas por considerarem "as reivindicações ligadas à carestia como caracteristicamente femininas" e a base de "uma ação política por parte das mulheres". Ela afirmou que, ao assim fazer, o PCB tomava como dada "a divisão sexual do trabalho no interior da família: os homens lutariam por melhores salários, as mulheres contra carestia" (Pena 1981). Uma outra investigadora mais simpática, porém, defendeu essa ênfase na carestia, o que ela considera ter sido o incentivo mais forte para as donas de casa de classe operária se mobilizarem (Tabak 1983).

Todavia, seria incorreto supor que as organizações de bairro e de mulheres do PCB se preocupassem exclusivamente com a carestia. Estas teriam

¹³. "As mulheres de Santo André participarão ativamente das eleições", *Hoje*, 21 de outubro de 1946. Para informações biográficas sobre Arcelina Mochel, ver Montenegro (1981). Teresa Veccia gentilmente me indicou esta citação.

falido totalmente se estivessem concentradas principalmente nos problemas de inflação e de escassez, os quais estavam virtualmente sem solução no âmbito municipal, sem se falar no nível de bairro. Um estudo das atividades dos CDP sugere que, ao invés disso, eles dedicavam muito esforço a uma série de atividades "viáveis" que apresentavam a possibilidade de produzir pequenas vitórias que, à sua vez, iriam incitar maior participação no grupo. Por exemplo, um comitê em Vila Guiomar relatou o seu sucesso em reduzir modestamente as tarifas do serviço de água e esgoto e em melhorar o recolhimento de lixo. Em outro lugar, o CDP municipal de Santo André obteve 5 mil assinaturas e fez com que a Estrada-de-Ferro de São Paulo restaurasse serviços ferroviários que tinham sido reduzidos durante a guerra.¹⁴

Outros CDPs trabalharam ativamente na inscrição de eleitores, especialmente donas de casa, e organizaram aulas de alfabetização nos bairros para ajudar os residentes a cumprir com o requisito do voto. Em todos os lugares, esses comitês focalizavam os problemas da criança, solicitando o estabelecimento de escolas primárias em bairros mal servidos. Em São Caetano, propuseram um hospital e uma escola noturna para residentes com mais de catorze anos de idade que nunca puderam estudar. Também organizaram festas de Natal para as crianças do bairro e comemorações de certos eventos, como o aniversário de Tiradentes, o herói da Inconfidência Mineira, e o centenário do poeta Castro Alves.¹⁵ Nesse sentido, a ênfase na cares-

¹⁴. "Santo André, comitê democrático de Vila Guiomar", *Hoje*, 10 de dezembro de 1945; "Congratula-se com a Sociedade Amigos da Cidade o Comitê Democrático de São Caetano", *Hoje*, 23 de janeiro de 1946; e "Comitê Democrático Progressista de São Caetano", *Hoje*, 28 de dezembro de 1945.

¹⁵. "Grande comício pró-constituente realizou-se dia 24 em Santo André", *Hoje*, 28 de outubro de 1945; "Noticiário geral dos Comitês Democráticos", *Hoje*, 22 de fevereiro de 1946; "O povo de São Caetano contra a Carta de 37", *Hoje*, 27 de fevereiro de 1946; "Voltarão a circular mais dois subúrbios para Santo André", *Hoje*, 7 de março de 1946; "O povo de São Caetano pede a revogação do ato de concessão de serviço de águas no Município", *Hoje*, 18 de março de 1946; "O 'Dia de Tiradentes' condignamente comemorado em Santo André", *Hoje*, 23 de

tia nesta época pode ser interpretada como uma abertura em direção a um programa mais extenso e variado, com a finalidade de levantar "reivindicações diversificadas, baseadas em problemas locais" (Leite 1982).

A mulher, o lugar de trabalho e o sindicato

Seja qual for a maneira pela qual as mulheres tenham encarado sua experiência no trabalho fora de casa, as operárias de Santo André e São Caetano enfrentavam no trabalho dificuldades e problemas específicos à sua condição de mulher. Não obstante as normas comunitárias sancionassem o emprego "necessário" fora de casa, as mulheres ainda experimentavam muitas atitudes discriminatórias nesse domínio tradicionalmente masculino. Simplesmente não havia mulheres em muitos lugares de trabalho, e quando algumas se empregavam em fábricas locais, elas permaneciam segregadas em posições inferiores de baixo salário que exigiam pouca capacitação.

As mulheres também enfrentaram atitudes discriminatórias de supremacia masculina por parte de alguns colegas e também de vários gerentes de fábrica e chefes de turma. Até homens que não exibissem abertamente preconceito eram influenciados por comparações implícitas entre os operários e as operárias. Acreditava-se comumente que as mulheres não eram "sérias", não eram verdadeiras trabalhadoras, só trabalhavam para suplementar a renda familiar, aceitavam trabalhar por menos, toleravam mais abuso por parte dos chefes do que qualquer homem chegaria a aceitar, e assim por diante.

Os operários masculinos até se preocupavam com o perigo de as mulheres serem expostas à impudícia. Uma das reclamações das 950 grevistas na Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração (das quais 2% eram mulheres) era de que os funcionários eram obrigados a almoçar num local incômodo que servia também de quarto de vestir. Solicitavam um refeitório

abril de 1946; e "S. Caetano comemorou o aniversário de Castro Alves", *Hoje*, 21 de março de 1947.

em separado, reclamando que esposas e filhas muitas vezes se sentiam envergonhadas vendo homens despedidos quando chegavam na hora do almoço, com a marmita do pai ou do irmão.¹⁶

Outros aspectos da vida na fábrica também afetavam o mundo de casa e da família. Os grevistas numa fábrica de tecido se queixavam de que o salário era tão baixo que precisavam trabalhar doze horas por dia para sustentar a família e que, por isso, não tinham tempo para participar da vida no lar. A metalúrgica Fichet e Schwartz (0% de trabalhadoras femininas) foi louvada pelo sindicato por seu tratamento humano quando readmitiu um operário que tinha sido demitido devido a uma ausência motivada por problema familiar.¹⁷ Todavia, o preconceito masculino e a crença em idéias como a de "esferas próprias" têm que ser consideradas dentro do contexto maior da política essencialmente discriminatória dos empregadores.

A maior greve de pós-guerra a envolver mulheres na região do ABC ocorreu em março de 1947 entre os 1.879 operários (58% dos quais mulheres) da fábrica Rhodiaceta de fibra de rayon, de propriedade francesa. O comitê que negociava pelos trabalhadores citou uma série de solicitações específicas e reclamações de mulheres. O comitê relatava que o salário das mulheres era até pior do que o salário já inadequado dos homens. Em uma divisão da fábrica, as mulheres mal podiam cumprir as cotas básicas de peças porque a gerência operava as máquinas a uma velocidade rápida demais. Além do mais, as mulheres eram constantemente ameaçadas com suspensão por não alcançarem as cotas e criticadas por não poderem realizar o trabalho pesado que delas era exigido. Segundo o comitê, a fábrica também não havia providenciado número suficiente de quartos de vestir para as mulheres empregadas.¹⁸

¹⁶. "Greve pacífica dos operários da Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração", *Hoje*, 18 de fevereiro de 1946.

¹⁷. "Atitude louvável da Cia. Fichet & Schwartz", *Hoje*, 19 de fevereiro de 1946.

¹⁸. "Unidos, os tecelões de S. André levantam suas reivindicações", *Hoje*, 18 de março de 1947; "Vão ao dessídio [sic] coletivo 10 mil operários de 25 fábricas de tecidos

Ao fazer essas solicitações, o comitê masculino e feminino de negociações sem dúvida tentava garantir o apoio das mulheres à greve. Todavia, a compreensão que os estudiosos têm da dinâmica nos locais de trabalho de sexo misto demonstraria uma falha imperdoável se deixasse de perceber a interdependência dos interesses masculinos e femininos perante a gerência. Qualquer que fosse o preconceito que existisse entre os funcionários, cada um dos trabalhadores masculinos iria se beneficiar também dessas "reivindicações femininas". O estabelecimento do princípio de pagamento igual por trabalho igual iria diminuir a pressão sobre o salário masculino. Também, o ajuste das cotas de peças para mulheres iria diminuir a pressão sobre a produtividade no trabalho de toda a fábrica. De fato, outra das reclamações da greve na Rhodia foi relativa a uma recente duplicação do número de máquinas de que um único trabalhador deveria cuidar.

Finalmente, tanto os trabalhadores masculinos como as femininas iriam beneficiar-se de aumentos salariais, de melhoramentos nas más condições de trabalho, ou da concessão de tempo suficiente para quem tivesse serviço muito sujo poder se lavar. Quem poderia discordar da solicitação para que se instalassem mais (e bem mantidos) banheiros, de modo a evitar demoras desagradáveis? Outros agravos comuns a ambos os sexos incluíam um intervalo de vinte minutos para o almoço e a divisão rígida como as castas, mantidas pela gerência, de funcionários de colarinho branco e azul. Por exemplo, os grevistas se queixavam de que aos funcionários de escritório se tinha providenciado um chuveiro, enquanto para os operários manuais, que precisavam tomar banho, não.

Essa atenção dedicada aos agravos específicos das mulheres na Rhodia de maneira alguma entrava em conflito com os interesses da classe operária masculina. Além do mais, a ideologia prevalecente de sexo dava aos homens uma especial "responsabilidade" para com suas mulheres (e também

de Santo André", *Hoje*, 19 de março de 1947; e "A intransigência da 'Rhodiaceta' impede a solução conciliatória do dissídio", *Hoje* 25 de março de 1947.

para com outros grupos considerados fracos na classe).¹⁹ As mulheres realmente sofriam abusos especiais por serem mulheres -- principalmente ser sexualmente importunadas pelos chefes de turma -- e do mesmo modo eram menos capazes e menos dispostas a falar em voz alta em defesa própria. Com menos perspectivas de emprego a longo prazo, a oportunidade de uma mulher de classe operária de ganhar "dinheiro de verdade" (em contraste com o trabalho de lavadeira) às vezes ocorria uma só vez na vida. O fato de que a mulher trabalhava fora por necessidade familiar significava também que seu salário era utilizado para satisfazer exigências econômicas e obrigações específicas das finanças caseiras, ou para os pais, ou para os maridos.

Embora se assemelhassem às vezes ao paternalismo, tanto o sentido de *companheirismo* quanto as responsabilidades consideradas peculiares aos homens tinham funcionado no passado para melhorar as condições da mulher trabalhadora. Em 1934 a metalúrgica Pirelli foi fechada numa greve que incluía uma importante demanda pelo fim do "beliscão" dado às operárias pelos chefes de turma, supostamente com a finalidade de aumentar a produção. A greve também estabelecia limites aos privilégios dos chefes, o que beneficiou a todos os trabalhadores da Pirelli.²⁰ Poderiam ter-se formulado também em 1947 demandas que focalizassem as diferenças entre os interesses dos operários masculinos e femininos no trabalho. Por exemplo, as mulheres poderiam ter exigido uma política de contratação igualitária para os trabalhos de melhor salário e maior capacitação, os quais cabiam principalmente aos homens. Tais solicitações para as mulheres conseguirem acesso

¹⁹. Ao discutir a Primeira República, Bolsonaro nota que tanto os operários masculinos adultos quanto as organizações que os representavam, muitas das quais inscreviam mulheres, freqüentemente assumiam essa postura como "defensores dos interesses de mulheres, menores de idade e crianças". Essa tendência ficava especialmente realçada quando o apoio de tais grupos envolvia "a defesa dos seus próprios interesses", da maneira como estes eram entendidos por operários masculinos (Bolsonaro de Moura 1982).

²⁰. Entrevista com Marcos Andreotti, 21 de setembro de 1982, Santo André.

às profissões tradicionalmente "masculinas" desempenharam, todavia, na classe média dos Estados Unidos e da Europa, um papel crucial na história dos movimentos femininos. Mas um tal desafio à divisão sexual da mão-de-obra dentro da fábrica não fazia muito sentido para os operários da região do ABC na década de 40. Sem um poder estabelecido de negociação, até uma força trabalhadora unida como a da Rhoda tinha uma capacidade duvidosa para forçar um acordo com uma gerência intransigente.

De fato, o sucesso de qualquer grupo de trabalhadores dependia da unidade de todos eles. Quaisquer que fossem os interesses divergentes dentro da classe operária, todos os subgrupos eram forçados a enfrentar a necessidade de unidade no momento em que jogassem a sua última cartada: a retirada do poder laboral das empresas. Especialmente nos locais de trabalho misto, uma situação de greve realçava a igualdade essencial e muito prática do homem e da mulher. Até um grupo de homens viciosamente misóginos, movido a fazer greve estritamente em defesa de seus próprios interesses, perceberia logo que as mulheres ofendidas poderiam, tão facilmente como qualquer homem, derrotar uma paralisação devido a sua não participação.

Nesse sentido, o local de trabalho misto estava potencialmente na vanguarda das mudanças nas relações entre os sexos dentro do movimento trabalhista.²¹ Ou motivados por pragmatismo ou por princípio, os líderes

²¹. A proposta de que a dinâmica dos sexos nas organizações trabalhistas é influenciada pela proporção de mulheres na totalidade dos trabalhadores pode ser verificada empiricamente. Pode-se acreditar que os líderes trabalhistas masculinos em indústrias preponderantemente masculinas demonstram menos sensibilidade a tais questões do que os líderes masculinos de indústrias preponderantemente femininas. Como prova, considere-se o exemplo dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, uma indústria em que as mulheres compõem apenas 9% da força operária (para o ponto de vista de uma metalúrgica ativista ver Menda da Silva 1981). Embora os líderes militantes do sindicato tenham criado iniciativas especiais para mobilizar as metalúrgicas em 1978, o jornal do sindicato explicitava e repetidamente definia tais esforços como um meio de "reforçar a luta dos homens" contra os empregadores (Gitahy et al 1982). De fato, a vigorosa masculinidade do presidente do Sindicato, Luís Inácio "Lula" da Silva, sem dúvida contribuía à sua po-

trabalhistas reconheciam a necessidade do apoio da mulher na condução de greves durante 1946 e 1947. Conscientemente ou não, os líderes sindicais de esquerda e centro aplicavam os princípios da unidade da classe operária de modo a maximizar a sua influência frente aos patrões e seus poderosos aliados. Assim, fazia-se todo o esforço no intuito de se incluir as mulheres nas atividades grevistas de grande escala. Onde as mulheres constituíam uma parte significativa da força operária, sempre se encontravam grevistas femininas entre os discursantes em comícios locais.

No nível da massa, a afirmação extensa de uma identidade de classe comum servia para minorar a resistência à inovação e às mudanças de consciência, inclusive idéias sobre o papel dos sexos no trabalho. A fábrica da Firestone em Santo André, com 1.200 trabalhadores (13 % femininos), foi a primeira a entrar em greve. Desde o começo, Luzia de Lourdes Gonçalves destacou-se como um dos três líderes mais ativos dentre os borracheiros comuns. Na emoção da greve, a aceitação de liderança por parte de uma companheira não pareceu inconcebível aos colegas homens.²²

Oradora apaixonada, Gonçalves teve a honra de receber o legendário cavaleiro da esperança, o senador comunista Luís Carlos Prestes, em Santo André, em fevereiro de 1946. Denunciando a polícia, ela afirmou a um público de talvez 20 mil pessoas que a greve era considerada um crime. Aí citou afirmações da polícia de que o PCB tinha ensinado aos trabalhadores a fazer greve, e declarou, desafiadoramente, que, se isso fosse a verdade, ela aderiria imediatamente ao PC. Louvando a solidariedade da classe operária,

pularidade inicial entre metalúrgicos masculinos. Ver a extraordinária entrevista de 1978 com "Lula" sobre o machismo, a família, o aborto, o controle da natalidade e o feminismo em Silva, (1981: 234-42). As opiniões de Lula, porém, já evoluíram bastante deste então.

²². "Movimentada a Assembléia dos Trabalhadores da Firestone", *Hoje*, 8 de fevereiro de 1946.

concluiu: "Essa luta forjou a unidade da classe operária. E então, daqui para adiante, marcharemos mais unidos do que nunca" na luta contra a carestia.²³

Uma unidade de propósito essencial realmente caracterizava os 100 mil grevistas da grande São Paulo em fevereiro e março de 1946. Diferentemente das greves ocorridas durante a Primeira República (1889-1930), não se ouviam lamentações sobre o comportamento servil das mulheres ao se recusarem a entrar em greve. Também a probabilidade de uma paralisação de trabalho não estava ligada à porcentagem de mulheres empregadas em uma determinada fábrica, como indica o fato de que quatro das cinco maiores fábricas que empregavam mulheres tiveram greves em 1946 e 1947 (ver o quadro nº 5). De uma só empresa, a carniçaria Swift, diz-se ter tentado trabalhar com fura-greves, o que provocou uma série de confrontações com a polícia. Ao denunciarem os "traidores", porém, os líderes trabalhistas não especificaram o sexo feminino entre as "moças, mulheres e homens" que ainda compareceram ao trabalho. Ademais, pelo menos uma mulher se encontrava entre a dúzia de grevistas da Swift que foi detida pela polícia local. Atendendo a um pleito do sindicato, a polícia liberou a mulher antes dos colegas masculinos.²⁴

Durante a greve e depois dela, os líderes sindicais e comunistas procuraram conscientemente fomentar um companheirismo geral entre os trabalhadores locais. Implementando ativamente um sistema de comissões sindicais nas fábricas, eles também elaboram um bom programa social e recreativo para trabalhadores de ambos os sexos. Em pelo menos duas ocasiões, uma multidão composta de mais de mil operários e suas famílias participaram de passeios à praia de Santos, sob o patrocínio dos sindicatos. Durante a

²³. "Os alunos de Felinto defendem a causa dos patrões", *Hoje*, 9 de fevereiro de 1946.

²⁴. "Protestam os grevistas da Swift do Brasil S.A.", *Hoje*, 7 de março de 1946.

greve e depois dela, organizaram-se grandes bailes, piqueniques e churrascos para comemorar certas vitórias e a solidariedade da classe operária.²⁵

Ao se acabarem as greves em março de 1946 e numa tentativa de unir todos os grupos dentro da classe operária, foi estabelecido um comitê informal para coroar a "Rainha dos Trabalhadores de Santo André". Elaborado de acordo com um programa semelhante em São Paulo, esse concurso estava dirigido a "moças do proletariado" que trabalhavam nas fábricas da região. A "rainha" foi escolhida por votação dos trabalhadores entre as várias "princesas" indicadas (uma por fábrica); ela ganhou um penteado, uma manicura, perfume e outros prêmios semelhantes. Artigos publicados durante o concurso mostravam fotos das candidatas e descreviam a cor dos olhos e do cabelo, além de se referirem à idade (entre 17 e 21 anos) e à popularidade da moças entre colegas de trabalho.²⁶

Embora a finalidade do evento fosse promover a unidade da classe operária, há pouca indicação de que o concurso dos trabalhadores substituísse os concursos de beleza patrocinados pelas empresas, com prêmios mais valiosos. Além disso, nenhum dos nomes das cerca de dez candidatas apareceu em certames políticos ou sindicais naquele tempo ou mais tarde. Ao que parece, as trabalhadoras ativistas como Luzia Gonçalves não levavam muito a sério tais esforços, os quais eram organizados por homens. De fato, ne-

²⁵. "Homenagem de Santo André ao proletariado e povo santista", *Hoje*, 12 de fevereiro de 1946; "Solucionada a greve dos trabalhadores de 'Rhodia'", *Hoje* 20 de fevereiro de 1946; "Divertem-se os grevistas da Swift", *Hoje*, 26 de fevereiro de 1946; e "Trabalhadores de Santo André em visita de cordialidade aos seus companheiros de Santos", *Hoje*, 3 de setembro de 1946.

²⁶. "Santo André também terá sua Rainha dos Trabalhadores", *Hoje*, 26 de março de 1946; "Foi realizada domingo a primeira apuração do concurso 'Rainha dos Trabalhadores' de Santo André", *Hoje*, 13 de abril de 1946; "A 'Rainha dos Trabalhadores de São Paulo de 1946' vai ser homenageada pelo trabalhador de Santo André", *Hoje*, 19 de julho de 1946; e "Concurso 'Rainha dos Trabalhadores de Santo André de 1946' desperta grande interesse do certame de Santo André", *Hoje*, 6 de junho de 1947.

nhuma mulher ativa na política ou no sindicato de Santo André ou São Caetano foi mencionada nem uma vez em relação ao concurso, o que pode indicar um boicote informal daquilo que as ativistas podiam ter considerado como uma atividade degradante ou "frívola".

A política e a liderança no movimento feminino de esquerda em São Paulo

Após a Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista e seus líderes, membros e simpatizantes femininos criaram a primeira grande organização permanente de mulheres da classe operária no Brasil. Diferentemente do que ocorreu entre grupos trabalhistas radicais na Primeira República, as mulheres não só participaram ativamente das grandes greves de 1946 e 1947, mas também criaram organizações femininas permanentes de um tipo que era "quase inexistente" antes de 1930 (Bolsonaro de Moura 1982; Pena 1981).²⁷ Além do mais, a base social desse movimento feminino de esquerda se distinguia da base social do movimento em prol do direito ao voto da mulher das décadas de 1920 e 1930, que era "composto exclusivamente de mulheres da classe média e da burguesia" (Alves 1980; ver também Tabak 1983; Blachman 1976).

Muito pouco se sabe sobre o funcionamento desse movimento feminino radical de pós-guerra ou dos indivíduos que fundaram e dirigiram as numerosas organizações que constituíam a Federação de Mulheres Brasilei-

²⁷. Para descrições das ativistas radicais femininas daquela época, ver Cândido (1980); Correia (1986); para memórias da época ver Gattai 1979, Boni em Gomes et al (1988).

ras em 1949 (Saffioti 1976; Leite 1982; Tabak 1983; Montenegro 1981).²⁸ O movimento foi criticado em geral por organizar as mulheres "precipuamente" em torno de acontecimentos políticos, contra a alta do custo de vida e, apenas secundariamente, em prol dos direitos da mulher" (Saffioti 1976). Diz-se que as mulheres eram mobilizadas entre 1945 e 1950 "não em torno da sua posição na família ou na sociedade mas sim em quanto aos objetivos políticos" definidos pelos homens (Pena 1981).

Tais críticas, porém, apresentam o risco de serem anacronismos históricos por julgarem os esforços de quatro décadas atrás de acordo com as idéias da "segunda onda" feminista posterior a 1960. Na verdade, o estudo desse tumulto de pós-guerra sugere que essas organizações femininas eram concebidas num sentido mais largo e mais autônomo do que comumente se pensava. Embora essas mulheres estivessem longe de apresentar uma crítica feminista aos papéis dos sexos (Leite 1982),²⁹ elas, contudo, representavam um profundo desafio às normas culturais e às ideologias prevalecentes.

Os objetivos desse movimento foram promulgados no discurso de posse na Assembléia Legislativa de Zuleika Alambert, a mais destacada mulher comunista de São Paulo, que mais tarde serviu por muito tempo como membro do Comitê Central do PCB (Alambert 1980). Uma balconista de 24 anos em 1947, Alambert era da radical cidade portuária de Santos, o único município do Estado de São Paulo cujo candidato do PC foi o primeiro votado para presidente da República, em dezembro de 1945. Explicava

²⁸. Para a descrição de uma importante ativista depois da Segunda Guerra, ver Miranda (1980); para uma autobiografia interessante de uma jovem comunista ver Prestes (1993).

²⁹. O desafio da ideologia dos papéis tradicionais dos sexos não constituía uma prioridade do movimento feminino da esquerda depois de 1945. Como afirma Pena, o maior desafio comunista aos usos patriarcais surgia da sua advocacia, sem sucesso, do divórcio, na Assembléia Constituinte de 1946 (Pena 1981). O divórcio constituía uma questão extremamente difícil nessa sociedade preponderantemente católica, e a posição do PCB a favor do mesmo não era muito enfatizada pelos líderes femininos do Partido, como Alambert ou Savietto em São Paulo.

Alambert que a União de Mulheres Democráticas organizada em Santo André e em outras cidades paulistas em 1946 era destinada a "desenvolver uma luta pacífica mas intransigente na conquista de seus direitos, em todos os setores da vida humana" e a resolver problemas vitais, tais como a carestia e o salário igual para trabalho igual (ALESP 1947).

Alambert definia o relacionamento entre homens e mulheres dentro da classe operária exclusivamente em termos cooperativos: as mulheres ficavam "ombro a ombro com seus companheiros" na "luta diária". Enquadrado dentro de um contexto da interdependência masculino-feminina entre trabalhadores, essa análise também coincidia com aspectos da ideologia prevalecente dos sexos no nível de massa. Por exemplo, afirmava uma vendedora de Santo André, entrevistada num gigantesco comício em favor de Prestes: "Estou sem jantar.. [e apesar de estar satisfeita com a participação do público] minha alegria aumentou mais, porque vejo tantas mulheres e isso quer dizer que a mulher brasileira está ao lado do homem na luta para conquista de suas reivindicações".³⁰

Ao mesmo tempo, líderes femininos do PCB, como Alambert, eram capazes de enunciar uma definição ampla e ambiciosa das responsabilidades que deviam assumir. Insatisfeita somente com organizações separadas para mulheres, Alambert também falava de as mulheres se organizarem "nos bairros, em comissões femininas, em associações culturais e recreativas, em ligas contra a carestia, nos locais de trabalho [e] em departamentos femininos nos sindicatos". Naquela altura, um colega masculino da Câmara interrompeu com ar de zombaria para indagar: "E em escolas de culinária também?" Esse mesmo deputado já reclamara no mesmo discurso que "a boca das mulheres é uma arma pior do que as armas de fogo" (ALESP 1947).

Essa definição expansiva da jurisdição do trabalho da mulher parece ter criado tensões com alguns líderes masculinos do PCB e do sindicato,

³⁰. "São Paulo unido aclamou Prestes", *Hoje*, 24 de abril de 1946.

especialmente quanto à demanda por divisões femininas próprias nos sindicatos. Discursando numa reunião local da União de Mulheres Democráticas, o deputado estadual comunista de Santo André, Armando Mazzo

(ex-marceneiro), proferiu uma outra definição em que os trabalhadores masculinos e femininos se unificavam nos sindicatos liderados por homens, que à sua vez entravam numa batalha conjuntamente com as mulheres organizadas em seus próprios grupos.³¹

Uma análise das biografias de mulheres esquerdistas ativas em Santo André e São Caetano no período de 1945 a 1948 ilumina não só as idéias e a praxe dos esquerdistas, mas também o lento processo de mudança da ideologia dos sexos no nível do indivíduo. Essas ativistas eram principalmente jovens entre 20 e 30 anos de idade que se aproveitavam das novas oportunidades da época com mais rapidez do que as mulheres mais velhas. Na maioria eram solteiras, conseqüência do fato de que a participação política ativa apresentava obrigações que dificilmente uma mulher casada e com filhos podia cumprir, especialmente quando o marido esperava comer na hora em que chegava do trabalho.³²

Já se notou, também, que as trabalhadoras casadas eram desencorajadas de participar das atividades políticas e sindicais pela desaprovação de

³¹. "Centenas de mulheres de Santo André dirigem-se ao Prefeito", *Hoje*, 28 de agosto de 1946. Nenhum sindicato da região do ABC mantinha nessa época divisões próprias de mulheres, embora tais divisões florescessem subseqüentemente no movimento trabalhista paulista no final da década de 50 e início de 60. As proponentes femininas de divisões para mulheres naquele tempo as justificavam pelo argumento de que as mulheres poderiam ser mobilizadas mais facilmente assim e de maneiras diferentes do que os homens. (Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985). A criação de divisões próprias para mulheres nos sindicatos permanece uma questão controvertida e foi denunciada como sendo divisionista no Congresso de Metalúrgicas Femininas de São Bernardo do Campo de 1978. Sobre aquela reunião e a controvérsia subseqüente, ver Leite (1982), Rainho e Bargas (1983) e Gitahy et al (1982).

³². Ver também "A oral history, identity formation, and working-class mobilization", em French and James (1997).

pais, maridos ou namorados. Ainda assim, a família não servia somente como obstáculo à participação política feminina (Conselho Estadual da Condição Feminina 1985). Segundo a ideologia (senão a convicção de cada um), os líderes do PCB e muitos sindicalistas masculinos desse período afirmavam acreditar na igualdade da mulher e buscavam mobilizá-la nas lutas trabalhistas. Esse procedimento abriu caminho para outra maneira de recrutar ativistas femininas -- dentre as esposas e filhas de trabalhadores militantes. De fato, pelo menos cinco das principais ativistas femininas eram esposas de líderes trabalhistas, e outras cinco, filhas dessas famílias. Como observou Leite a respeito da década de 1980, "é muito difícil encontrar a mulher casada que seja ativista sindical e cujo marido não participe" (Leite 1982).

Carmen Edwiges Savietto se encontrava no centro do ativismo comunista e da organização feminina dirigida pelo PCB no Santo André de pós-guerra. Com aproximadamente 25 anos de idade, essa comunista vitalícia tinha nascido numa família da classe operária no distrito de Ribeirão Pires, região do ABC, o centro do radicalismo anarquista entre canteiros de lá, antes de 1930. Carmen Savietto surgia de uma notável família de ativistas. O seu pai, Cláudio, foi comunista, e o irmão dele, Augusto Savietto, havia servido como presidente do Sindicato de Metalúrgicos em Santo André durante os anos difíceis entre 1938 e 1942. Augusto Savietto foi seguido nesse cargo, primeiro pelo filho Euclides (1942-1945) e, posteriormente, pelo irmão de Carmen, Víctor Gentil (1945-1947). Euclides, adolescente entusiasta de Prestes em 1935, recolheu 5 mil votos em dezembro de 1945 em Santo André e por um triz não foi eleito deputado federal comunista (French 1992, 1995).³³

Formada como guarda-livros, Carmen Savietto se envolveu no sindicato de metalúrgicos durante a guerra como voluntária que vigia o pagamento das mensalidades numa organização sem dinheiro. Sua irmã Mercedes

³³. Os dados biográficos sobre Carmen Savietto vem de Medici (199) e uma entrevista com Marcos Andreotti, 27 de setembro de 1982).

serviu como secretária da cooperativa, de 685 membros, de consumidores dos trabalhadores sindicalizados.³⁴ Se as ligações familiares ajudavam Carmen Savietto a estabelecer as suas credenciais, a sua ascendência na política dentro do PCB, foi resultado de seu talento particular e de sua dedicação. Em meados de 1945, ela foi o único discursante identificado publicamente no primeiro pequeno comício de sessenta pessoas do PCB em Santo André, o que provava a aparente legalização dos comunistas. Grandemente envolvida no apoio a greves no início de 1946, ela dirigiu muitas das delegações femininas que foram visitar seu irmão e outros líderes sindicais, quando foram presos mais tarde, no mesmo ano.³⁵

Carmen Savietto também estava muito empenhada na organização de mulheres como mulheres, uma tarefa que ela empreendeu em outubro de 1945 e que conduziu à fundação da União de Mulheres Democráticas em Santo André em 1946. Como presidente da UMD, ela foi bastante importunada pela polícia. Por exemplo, em agosto de 1946, o delegado da polícia local, um tipo vigorosamente repressivo, invadiu uma casa de Vila Guiomar onde se realizava uma reunião da UMD. Enquanto a polícia prendia Carmen e a dona da casa, as quarenta mulheres reunidas gritaram contra o contingente de polícia, até que os policiais lhes permitisse mandar uma comissão de dez pessoas para acompanhar as presas até a cadeia. Elas foram subseqüentemente libertadas, sem ser formalmente acusadas.³⁶

Líder da sua célula e membro do Comitê Municipal do PCB, Carmen Savietto foi a representante oficial do Partido em negociações com a polícia, em

³⁴. Ver Prefeitura Municipal de Santo André, ou PMSA, Processo 6567/46.

³⁵. "Comício comunista", *Borda do Campo*, 15 de julho de 1945; "Visitou os trabalhadores santistas uma comissão de mulheres do Município de Santo André", *Hoje*, 27 de junho de 1946; e "As mulheres de Santo André solidárias com os trabalhadores presos", *Hoje* 19 de julho de 1946.

³⁶. "Quis implantar a ditadura fascista em Santo André", *Hoje*, 13 de agosto de 1946.

maio de 1947, quando seis sedes locais foram fechadas após a decretação de ilegalidade do Partido Comunista. Não obstante, como o maior partido de Santo André, o PCB participou ativamente da campanha eleitoral municipal, em novembro de 1947, sob outro nome. Quando os comunistas conquistaram a prefeitura e treze dos trinta lugares na Câmara Municipal, em novembro de 1947, Carmen Savietto era uma de apenas duas mulheres na chapa do PCB, tendo, mesmo assim, conseguido obter o quarto lugar dentre os 33 indicados do PCB.

A capacidade de liderança de Carmen Savietto é reconhecida no manifesto de vitória divulgado em nome dos treze candidatos comunistas vitoriosos. Ela foi um dos três signatários nomeados junto com Armando Mazzo, deputado estadual comunista e novo prefeito, e Marcos Andreotti, presidente fundador do sindicato de metalúrgicos nos anos 30 (French 1992, 1995).³⁷ Se o governo tivesse permitido que os vencedores tomassem posse, Carmen Savietto teria sido a primeira mulher na história de Santo André e São Caetano a entrar em posto eleito.³⁸

Apesar de tais vitórias, é claro que a escalada de indivíduos eminentes como Alambert e Savietto à liderança do PCB e a postos eleitos não ocorreu sem resistência. De fato, nem o Partido nem o movimento trabalhista seguia uma política consciente de inclusão feminina na liderança. Em dezembro de 1945, só dois de 35 candidatos comunistas a deputado federal por São Paulo eram mulheres. Mais uma vez, em janeiro de 1947, só quatro de 74 candidatos do PCB para deputado estadual de São Paulo eram mulheres, dentre elas Carmen Savietto e Zuleika Alambert (eleita suplente e mais tarde serviu

³⁷. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), Processo 6254/174 (1947).

³⁸. Após a Segunda Guerra Mundial, a região do ABC também produziu um outro tipo de líder político feminino, de muito sucesso: a populista Tereza Delta, eleita prefeita de São Bernardo do Campo e mais tarde deputada estadual (ver French 1992, 1995).

naquele cargo).³⁹ Outra vez, manifestou-se algum descontentamento entre as mulheres comunistas nesse sentido. Nos seus discursos na região do ABC, a vereadora comunista carioca Arcelina Mochel realçou a importância de indicar mulheres para cargos eleitorais de todos os níveis.⁴⁰

Conclusão

No passado, os estudiosos deixaram de compreender a enorme importância dos anos excepcionais entre 1945 e 1948, que deram à luz a República Populista que durou até o golpe militar de 1964. As contínuas mobilizações ocorridas nas regiões urbanas industrializadas liberaram novas forças sociais, que incluíam a classe operária e as mulheres, e desencadearam uma série de mudanças fundamentais, seja de natureza política, seja nos interesses representados na arena política.

Embora as mulheres tivessem, formalmente, obtido o direito ao voto em 1932, poucas dentre elas, especialmente nas classes populares, haviam votado uma só vez até 1945. O interesse feminino na política na década de 1940 era inusitadamente grande, se tomados em consideração as normas culturais patriarcais e os papéis relativamente rígidos que a sociedade em geral atribuía aos sexos. Esse interesse representava, assim, um rompimento decisivo com o passado. Uma extensa participação massiva durante esses anos abriu caminho a importantes mudanças no comportamento popular e à conscientização das massas. Surgiram novas noções de "direitos"; divulgaram-se novas idéias do

³⁹. O pouco sucesso do PCB em indicar mulheres deve ser considerado no contexto geral do muito pequeno número de candidatas femininas no Brasil de pós-guerra. Blachman e Toscano relatam que só dezoito mulheres se candidataram a Deputado Federal, de um total de 950, e nenhuma foi eleita. Estimativas para 1947 variam entre oito e dezessete mulheres entre os 1.464 candidatos a Deputado Estadual em todo o país, com a eleição de ou nove ou cinco (Blachman 1976; Tabak e Toscano 1982; para época posterior ver Avelar 1989).

⁴⁰. Ver TRE SP, Processos 8A (1945) e 8B (1946); e "As mulheres de Santo André participarão ativamente das eleições", *Hoje*, 21 de outubro de 1947.

que era e do que não era comportamento "aceitável"; e os trabalhadores e as mulheres chegaram a uma nova compreensão do voto, das organizações de bairro e dos sindicatos como meios de promover os seus interesses.

É evidente que os anos entre 1945 e 1948 trouxeram novas vitórias para a mulher. Indivíduos como Carmen Savietto e Zuleika Alambert romperam os estereótipos prevaletentes de sexo e de classe que haviam negado à mulher, principalmente a da classe operária, um envolvimento político ativo no mundo lá fora. Assim, a esquerda operária e suas mulheres ativistas fizeram uma contribuição decisiva à definição do terreno, da tática e das formas de política urbana e deixaram um testamento duradouro para os movimentos brasileiros radicais, trabalhistas e feministas dos anos vindouros (Sampaio, 1982: 142).

Tabela 1
A participação feminina da indústria entre residentes da região do ABC. São Paulo, Brasil, 1920-1950

Ano	Total de Trabalhadores Residentes	Mulheres Trabalhadoras Residentes	Trabalhadoras Femininas (%)
1920	2,648	388	15
1940	23,190	5,372	23
1950	59,550	14,591	25

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *Recenseamento... 1920, Censo Demográfico*, vol 4., pt. 5, tomo 2, pág. 776-77; IBGE, *Recenseamento... 1950, Censo Demográfico*, vol 25, tomo 1, pág. 130-131

Tabela 2
A participação feminina na força' de trabalho industrial empregada em Santo André e São Caetano, 1938-1947

Trabalhadores em Santo André e São Caetano ⁴¹	1938	1942	1947
Força de Trabalho total	17,125	22,914	44,350
Trabalhadoras	6,120	6,124	11,908
% de Trabalhadoras	36	27	27

⁴¹ Figures for Santo André include the districts of Paranapiacaba and Utinga.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André, documentos inéditos, "Estatística Industrial" para 1938, 1942 e 1947.

^aCifras para Santo André incluem os distritos de Paranapiacaba e Utinga.

Tabela 3
Indústrias com 49 ou mais funcionárias femininas em Santo André e São Caetano em 1938 e 1947

Categoria	1938	1947
Indústrias com 49 ou mais funcionárias femininas	22	27
Número total de funcionários	11,970	25,015
Mulheres empregadas	5,487	8,305
Porcentagem de todas as mulheres empregadas	90	70
Média de funcionários por indústria	544	926
Média de funcionárias femininas por indústria	249	308

Fonte: PMSA, documentos inéditos, "Estatística Industrial" para 1938 e 1947.

Tabela 4
Indústrias com 300 ou mais funcionárias femininas em Santo André e São Caetano em 1938 e 1947

Categoria	1938	1947
Indústrias com 300 ou mais empregadas femininas	6	10
Número total de funcionários	6,740	14,173
Mulheres empregadas	3,761	5,601
Mulheres empregadas nessas indústrias como porcentagem de todas as mulheres empregadas em Santo André e São Caetano	61	47

Fonte: PMSA, documentos inéditos, "Estatística Industrial" para 1938 e 1947.

Tabela 5
Forças de trabalho e a atividade grevista em empresas com 300 ou mais mulheres empregadas em Santo André e São Caetano de pós-guerra

Empresa (atividade)	Work Force			Se Houve Greves em 1946-47
	Total	# Mulheres	% Mulheres	
Rhodiaceta (fibras de rayon)	1,879	1,176	58	sim
Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (fibras de rayon)	2,619	823	31	não

Sociedade Anônima Moinho Santista (têxteis)	1,266	766	61	sim
Pirelli (cabos elétricos, pneus)	3,268	623	19	sim
Companhia Brasileira de Cartuchos (munições)	832	408	49	sim
Lanificio Kowarick (lã para fiar e tecer)	692	431	62	não
Justifício Maria Luisa (lã para fiar e tecer)	488	342	70	não
Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (pratos de louça)	947	334	35	não
Compania Química Rhodia (produtos químicos)	1,737	306	18	sim
Valisere (têxteis)	445	392	88	não
TOTAIS	14,173	5,601		

Fonte: PMSA, documentos inéditos, "Estatística Industrial" para 1938 e 1947.

Bibliografia

- ALAMBERT, Zuleika. 1980. *A situação e organização da mulher*. São Paulo: Global.
- ALESP (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo). 1947. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*, vol 5, pp. 155-71.
- ALVES, Branca Moreira. 1980. *Ideologia e feminismo*. Petrópolis: Vozes.
- BARRIG, Maruja. 1986. *Las obreras*. Lima: Mosca Azul;Adec.
- BILAC, Elisabete Doria. 1978. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo.
- BLACHMAN, Morris J. 1976. "Eve in an A democracy: the politics of women in Brazil." Ph.d. Diss., New York University.
- BLAY, Eva Alterman. 1972. "Trabalho, família e classes sociais em São Paulo". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 13, pp. 87-99.
- BOLSONARO DE MOURA, Esmeralda Blanco. 1982. *Mulheres e menores no trabalho industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes.
- CANDIDO, Antonio. 1980. *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- CARONE, Edgard (ed.). 1982. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, vol 2.
- CESARINO JÚNIOR, A. F. 1957. *Direito Social Brasileiro*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, vol. 2.
- CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. 1985. *Mulheres operárias*. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina; Centro de Memória Sindical.
- CORREIA, Francisco. 1986. "Mulheres libertárias: um roteiro", in Antonio Arnoni Prado (ed.), *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- COSTA, Hélio da. 1995 *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Q. 1982. *Família operária e reprodução da força do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- FRENCH, John D. 1985. "Industrial workers and the origin of populist politics in the ABC Region of Greater Sao Paulo, Brazil, 1900-1950." Ph.d. diss., Yale University.
- _____. 1988. "Workers and the rise of Adhemarista populism in São Paulo, Brazil, 1945-1947." *Hispanic American Historical Review*, 68, pp. 1-43.
- _____. 1989. "Industrial workers and the birth of the Populist Republic in Brazil, 1945-1946." *Latin American Perspectives*, 16.
- _____. 1992 *The Brazilian workers' ABC: Class conflicts and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- _____. 1995. *O ABC dos operários: lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.
- FRENCH, John D. and CLUFF, Mary Lynn Pedersen. 1990. "Once women vote: the politics of female enfranchisement in São Paulo, Brazil 1932-1982". Paper presented at the Berkshire Conference on the History of Women, June 7-10, in New Brunswick, New Jersey.

- FRENCH, John D. and JAMES, Daniel (eds.). 1997. *The gendered worlds of Latin American women workers: from household and factory to the Union Hall and Ballot Box*. Durham: Duke University Press.
- _____. 1997. "Oral history, identity formation, and working-class mobilization", in *The gendered worlds of Latin American women workers: from household and factory to the Union Hall and Ballot Box*. Durham: Duke University Press.
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas Graças à Deus*. São Paulo: Rio de Janeiro, 1979.
- GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; LOBO, Elizabeth; MOYSÉS, Rosa Lúcia. 1982. "Luttes ouvrières et luttes des ouvrières a São Bernardo do Campo." *Cahiers des Ameriques Latines*, 26, pp. 11-38.
- GUIZZO, João (ed.). 1981 *Lula, discursos e entrevistas*. Guarulhos: O Repórter de Guarulhos.
- HAHNER, June. 1985. "Recent research on women in Brazil". *Latin American Research Review*, 20, pp.163-79.
- HIGGS, Elizabeth W. 1990. "Brazilian factory women, the sexual division of labor and working-class politics: A case study of chemical and pharmaceutical workers." Ph.d. Diss. in Anthropology, University of Florida.
- JACQUETTE, Jane. 1980. "Female political participation in Latin America", in NASH, June and SAFA, Helen I. (edS.), *Sex and class in Latin America*. South Hadley, Mass.: J. F. Bergin.
- KYLE, Patricia A. and MICHAEL J. Francis. 1978. "Women at the polls: the case of Chile, 1970-1971". *Comparative Political Studies*, 11, pp. 291-316.
- LAVRÍN, Asunción. 1987 "Women, the family, and social change in Latin America". *World Affairs* #150, pp. 109-28.
- LEACOCK, Eleanor, SAFA, Helen I. et al. 1986. *Women's work: Development and the division of labor by gender*. South Hadley, Mass.: Bergin and Garvey.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. 1982. *A operária metalúrgica: Estudo sobre as condições de vida e trabalho de operárias meta-*

- lúrgicas na cidade de São Paulo*. São Paulo: Semente.
- LEWIS, Paul H. 1971. "The female vote in Argentina, 1958-1965". *Comparative Political Studies*, 3, pp. 425-41.
- LOVENDUSKI, Joni and HILLS, Jill. 1981. *The politics of the second electorate: Women and public participation*. Boston: Routledge and Kegan Paul.
- MACEDO, Carmen Cinira. 1979. *A reprodução da desigualdade: O projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo: Hucitec.
- MARANHÃO, Ricardo. 1979. *Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)*. São Paulo: Brasiliense.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriça. 1980. *Alice Tibiriça: luta e ideais*. n.c.: PLG Comunicação.
- MONTENEGRO, Ana. 1981. "Notas indicativas para uma memória do movimento feminino no Brasil, 1945-1964", in Idem (ed.), *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes, pp. 63-103.
- MONTGOMERY, David. 1987. *The fall of the house of labor*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NASH, June and SAFA, Helen I. (eds.). 1980. *Sex and class in Latin America*. South Hadley, Mass.: J. F. Bergin.
- _____. 1986. *Women and change in Latin America*. South Hadley, Mass.: J. F. Bergin.
- NAVARRO, Marysa. 1985. "Hidden, silent, and anonymous: women workers in the Argentine Trade Union Movement", in Norbert C. Soldon (ed.), *The world of women's trade unionism: Comparative Historical Essays*, 165-98. Westport, Conn.: Greenwood.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (ed.). 1980 *PCB: Vinte anos de política*. São Paulo: Ciências Humanas.
- PENA, Maria Valeria Junho. 1981. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PEREIRA, Luiz. 1976. *A escola num área metropolitana: crise e racionalização de uma empresa pública de serviços*. São Paulo: Pioneira. (Reprint of 1965 ed.).

- PETERSON, Brian. 1977. "The politics of working class women in the Weimar Republic", in *Central European History*, nº 10, pp. 87-111.
- RAINHO, Luís Flávio and BARGAS, Osvaldo Martines. 1983. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo.
- RODRIGUES, Aracy Martins. 1978. *Operário, operária. Estudo exploratório sobre o operariado industrial de Grande São Paulo*. São Paulo: Símbolo.
- RODRIGUES, Jessita Martins. 1979. *A mulher operária: um estudo sobre tecelãs*. São Paulo: Hucitec.
- SAFA, Helen I. 1986. "Female employment in the Puerto Rican working-class", In: June Nash and Helen I. Safa (ed.), *Women and Change in Latin America*. South Hadley, Mass.: J. F. Bergin.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanini. 1976. *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1980. "Relationships of sex and social class in Brazil", in NASH, June and SAFA, Helen I. (ed.), *Sex and class in Latin America*. South Hadley, Mass.: J. F. Bergin.
- _____. 1981. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher; um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1986. "Technological change in Brazil: its effects on men and women in two firms", in NASH, June and SAFA, Helen I. (ed.), *Women and change in Latin America*. South Hadley, Mass.: J. F. Bergin, p. 109-135.
- SCHMINK, Marianne. 1984. "Household economic strategies: Review and research agenda." *Latin American Research Review* 19: 87-101.
- _____. 1986. "Women and urban industrial development in Brazil", in NASH, June and SAFA, Helen I. (ed.), *Women and change in Latin America*. South Hadley, Mass.: J. F. Bergin.
- SMITH, Russell E. 1988. "Male-female wage differentials, real

- wage levels, and minimum wage policy in the São Paulo Textile Industry, 1961-1976." Paper presented at the International Industrial Relations Association Study Group on Urban Labour Markets in Developing Countries. Quebec, 27 de agosto.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. 1991. "Práticas e discursos das operárias, processos de trabalho e lutas sindicais no Brasil. Os anos 1970 e 1980", in SOUZA-LOBO, Elisabeth (ed.), *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, São Paulo: Editora Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, pp. 17-111.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth and HIGGS, Elizabeth. 1983 "As operárias, o sindicato, e o discurso sociológico". Paper presented at the Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Águas de São Pedro, Estado de São Paulo, out. de 1983.
- STEFFEN, Cristina, LEAL, Magdalena Leon de, and ROTHLSBERGER, Dora. 1978. *La participación política de la mujer en la clase obrera: un estudio de caso*. Bogotá: Universidad de los Andes and Asociación Colombiana para el Estudio de la Población.
- STONER, K. Lynn. 1987. "Directions in Latin American women's history, 1977-1985". *Latin American Research Review*, nº 22, pp. 101-34.
- TABAK, Fanny. 1983. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal.
- TABAK, Fanny and TOSCANO, Moema. 1982. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VANGELISTA, Chiara. 1978. "Per una ricerca sul mercato del lavoro: La mobilità della manodopera in una filatura paulista". *Nova Americana*, #3, pp. 215-230.
- VECCIA, Theresa Rita. 1997. "My Duty as a Woman": Gender ideology, work, and working class women's lives in São Paulo, Brazil 1900-1950", in FRENCH, John D. and JAMES, Daniel (ed.), *The gendered worlds of Latin American women workers: from household and factory to the Union Hall and Ballot Box*. Durham: Duke University Press.

- VINHAS, Moisés. 1970. *Estudos sobre o proletariado brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. 1973. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)". *Estudos CEBRAP* #4, pp. 65-105.
- WELLS, John. 1983. "Industrial accumulation and living-standards in the long-run: The São Paulo industrial working class, 1930-75 (Part I)". *The Journal of Development Studies* 19 #2, pp. 145-169.
- ZEITLIN, Maurice, and PETRAS, James. 1970. "The working-class vote in Chile: Christian democracy versus Marxism". *British Journal of Sociology*, 21 #1, pp. 16-29.
- ZYLBERSTAJN, Hélio; PAGOTTO, Carmen Silvia, and PASTORE, José. 1985. *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo: Nobel.